

200 pequenos bancos travam negociação

NILTON HORITA

SÃO PAULO — O entrave em todas as tentativas de renegociação realizadas pelo Governo brasileiro são os cerca de 200 pequenos bancos credores, que detêm, cada um, pequenas parcelas da dívida brasileira, atingindo o total de 20% dos US\$ 110 bilhões devidos pelo País. Esses pequenos banqueiros querem seu dinheiro de volta e pouco se importam com o Brasil, mesmo porque não mantêm atividades regulares no País. A conversão de parte da dívida externa em capital de risco, se regulamentada de maneira bastante liberal, poderá atender a esse grupo de credores e solucionar, em consequência, o nó da dívida.

O Presidente do Banco de Boston, Henrique Meirelles, em entrevista a O GLOBO, defende estas posições e mostra como a conversão da dívida é extremamente positiva para o País, para os credores e para os investidores estrangeiros que querem entrar no mercado brasileiro. Segundo Meirelles, a única limitação seria para as multinacionais, que só poderiam converter a dívida em investimento de projetos para não possibilitar a repatriação de capital. Para o Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, uma recomendação: a de que renegocie seriamente, sem



Henrique Meirelles

ser duro.

GLOBO — Como está a taxa de desconto dos títulos brasileiros no exterior?

MEIRELLES — O Brasil está com uma taxa oscilando ao redor de 60% hoje. Antes da moratória, essa taxa estava em 85%. Conforme o saldo comercial, a evolução do plano econômico e o acordo com os bancos, essa taxa de desconto dos papéis poderá cair. Agora, a legislação que for aprovada para a conversão vai influir muito nessa taxa. A Argentina, por exemplo, estava com uma taxa de 70%, mas aprovou uma legislação em que a conversão deveria ser feita na base da equivalência. Para cada dólar devido, deveria entrar outro dólar. Isto fez com que a taxa do papel argentino caísse para 48%, tornando inviável a conversão.

— O senhor tem estudado com afinco as condi-

ções ideais para a conversão. O que o senhor recomendaria?

MEIRELLES — Do ponto de vista de maior viabilização dos negócios, o que acho mais viável é que o Banco Central permita mais flexibilidade para o investidor, estabelecendo apenas aqueles limites naturais, como o volume das operações, para não afetar a base monetária. Mas mesmo assim, acho que essa discussão sobre a base monetária é fantasiosa, o processo de conversão, é na verdade, exatamente igual ao processo de empréstimo e pode ser parcelado. É uma dificuldade artificial, porque as pessoas não raciocinam em termos objetivos. Ora, pensa-se como se o investidor estrangeiro fosse injetar bilhões de dólares aqui, de uma hora para outra. Isso não vai ocorrer, porque o próprio mercado estabelecerá limites e não há tantas possibilidades de lucro no Brasil.

— Há interessados aqui no Brasil?

MEIRELLES — Recebo uma ligação por dia de empresas querendo saber como receber capital com esse esquema e saber como ficariam as limitações de voto nas assembleias. Se for multinacional, minha sugestão é para que o capital seja sempre voltado para ampliação de projetos de instalações, para evitar repatriação de capital. Aí sim

cabe alguma regulamentação. O Chile, por exemplo, não direcionou nada, cada uma faz o que quer, o efeito é que há extrema liquidez. Assegura-se os 5% e se faz o que quiser depois.

— A quem mais interessa?

MEIRELLES — O segundo interessado é o investidor que está escolhendo um país para investir. E em terceiro lugar vêm os bancos. Há dois tipos de interesse nesse caso. O banco pequeno, que não tem nada com o Brasil e quer ir embora com seu dinheiro. Um banco do interior da Alemanha, por exemplo, vende o quem tem no Brasil e vai embora. Acho isso bom para o Brasil, porque são esses pequenos bancos que sempre atrapalham a negociação da dívida. Esses é que são contra o processo. Um banquinho que emprestou seis milhões em 1979, e seus proprietários não têm nada a ver com o Brasil, não conhecem o Brasil e nem possuem departamento internacional.

— E o banco grande?

MEIRELLES — Bem, com esse vai fazer diferente. O interesse é mais em investir diretamente na empresa e não vai vender por que a partir daí o desconto do papel brasileiro iria cair muito. O interesse seria trocar o empréstimo de Libor mais 2% de juros para uma estatal, para o investi-

mento numa empresa privada. O banco grande sabe que não vai receber o principal em curto prazo, mas isso não vai acontecer em um caso ou em outro.

— É de vantagem para o Brasil?

MEIRELLES — Em primeiro lugar, o Banco Central pega a comissão logo na saída e diminui a dívida em cinco, 10%, e depois o Brasil passa a ter sócio e não credor.

O que aguarda Bresser no exterior?

MEIRELLES — O Plano Bresser é sério, competente, não quer fazer tudo ao mesmo tempo, foi bem recebido no exterior, e pode ser alcançado. Será uma negociação difícil e complexa, porque o Brasil está em moratória. Mas isso não quer dizer que não seja viável. O que vai facilitar a negociação é ela ser conduzida de forma competente. O que é importante é não ser duro, o spread zero é complicado, por exemplo. O negociador tem que ser sério e conhecer o ramo. Agobanco e diz chega para umção é política a negocia-Banco não é, aí não dá, governo, é partido, não é os governos empresa. Para dores assumidos países criação política, teriam que comprar os bancos. O fato básico é que o Brasil optou por não pegar dinheiro só dos órgãos políticos e decidir ser parceiro comercial.